



A Narrativa Jornalística: Objetividade Versus Subjetividade¹

Hadassa Ester DAVID²
Universidade de Brasília, Brasília, DF

Resumo

Tomando como ponto de partida o jornalismo e as características que definem seu atual padrão de narrativa e linguagem jornalística, a inquietação se dá no sentido de entender o que justifica a busca pela objetividade das informações, já que o ofício implica uma série de escolhas e hierarquização, como o critério na seleção das fontes e as técnicas utilizadas. Nesse sentido, o que existe é um processo de construção das notícias, e se há construção, não se pode negar a interferência. Este trabalho consiste em uma reflexão sobre o grau de narratividade no jornalismo, que oscila entre as fronteiras do objetivo e do subjetivo. São destacados o estilo, o formato textual e a impessoalidade do jornalismo factual, como também a linguagem, as ousadias discursivas e a liberdade do jornalismo literário.

Palavras-chave: Objetividade; subjetividade; narrativa; formato textual.

Introdução

A ideia de objetividade passou por várias fases e reformulações. No século XIX, foi apenas uma questão de separação entre informação e opinião, se limitando ao texto, já que nessa época havia uma grande influência do jornalismo na criação literária e vice-versa. Jornalista e escritor muitas vezes se confundiam. (MEDEL, 2002). Assim, em um primeiro momento a ideia da objetividade surgiu como alternativa para ao modelo de jornalismo mais opinativo, ideológico e partidário.

No entanto, na mesma época, a preocupação também se estendeu para uma forma de posicionamento e conduta profissional, com a chamada Teoria do Espelho, a primeira teoria do jornalismo, que pregava, sobretudo, que os fatos seriam reflexos da realidade. Por esse motivo, exigia-se do jornalista o não envolvimento, ou seja, a imparcialidade diante dos fatos, pois estes deveriam falar por si. O desenvolvimento tecnológico, o aumento do volume de informações e as necessidades de rapidez e

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, com apoio financeiro da FAPDF.

² Doutoranda em Comunicação pela UnB. E-mail: hadassaester.david@gmail.com.



velocidade na transmissão das notícias, aliavam-se a um sentido de obrigação por parte dos jornais em manter o público informado sobre os acontecimentos, ainda que com o tempo encurtado para a apuração.

Tudo isso acabou resultando na adoção de um modelo de texto mais sucinto pelas agências de notícias, pois só dessa maneira poderia atender vários jornais e diferentes leitores ao mesmo tempo. Aliado a esses fatores, a síntese noticiosa se mostrou útil devido aos problemas técnicos de transmissão de informações, já que as mensagens eram enviadas via telégrafo e grande parte do relato podia se perder por defeitos e falhas da tecnologia. Desse modo, as informações mais importantes eram disponibilizadas em poucas linhas e no topo, garantindo que a informação principal chegasse ao destinatário, daí a origem do *lead*.

Com a transformação do jornalismo em um negócio e do jornal em empresa, o lucro passou a ser a principal preocupação. Aqui os relatos também passam a ser suprimidos, não mais por motivo de erro técnico, mas sim para que anúncios pudessem ser inseridos. Valoriza-se o formato da pirâmide invertida, cujas informações mais importantes devem constar no topo, para que em caso de corte, não se perca o essencial. O discurso da objetividade já aparece vinculado às necessidades de mercado.

No século XX, o conceito de objetividade passa a ser entendido como uma forma de garantir a verdade dos fatos. Nessa época havia a desconfiança devido à experiência sobre os efeitos manipulativos da Propaganda de Guerra e também quanto à notícia patrocinada por profissionais de uma nova profissão que surgia, a de Relações Públicas. (SCHUDSON, 2010). Os jornalistas aceitaram a subjetividade e passaram a duvidar que os fatos fossem expressão absoluta da verdade e reflexos do real, e como uma estratégia de escape, adotaram procedimentos técnicos como forma de assegurar, pelo menos, uma objetividade aproximada. Estas técnicas visavam criar um padrão de formato e estilo de redação jornalística.

Em meados da década de 60, surge o movimento conhecido como Novo Jornalismo. Aqui a literatura, que se confundia com o jornalismo dos primórdios, volta a ser privilegiada, como também a voz autoral em detrimento do jornalismo impessoal. Mas diferentemente da primeira fase da imprensa, a literatura no jornalismo não mais se restringia à publicação de literatura nos jornais por escritores. É o próprio jornalista que aprende a aliar a objetividade e a subjetividade.

No Novo Jornalismo, não há mais cerceamento da liberdade do jornalista, que participa ativamente de suas reportagens e conduz seu relato sem se prender ao formato



da pirâmide invertida. Porém, essa forma de jornalismo entrará em crise posteriormente diante do público, quando o conceito de verossimilhança, substituído pelo de verdade, se transforma em ficção, com o surgimento até de notícias inventadas.

Como resultado, a regra da objetividade voltará com força total ao jornalismo, já que passa a legitimar uma confiança diante do público. No entanto, recebe o nome de intersubjetividade, pois não mais é vista como a expressão absoluta da realidade e sim como um procedimento que busca uma aparência de verdade, através de técnicas de objetivação.

As Várias Faces da Objetividade

Daniel Cornu (1998) divide, para fins de análise, o paradigma da objetividade no jornalismo em cinco registros, pilares ou patamares: epistemológico, psicológico, pragmático, ético e ideológico. No campo de discussão do pilar epistemológico, a objetividade jornalística é compreendida como a adequação fiel entre notícia e realidade, sendo que o relato de uma notícia seria a expressão exata da forma como ocorreu.

Nesse sentido, a objetividade está assentada sob o mesmo patamar do objetivismo³. Esse é, inclusive, o pilar em que está assentada a Teoria do Espelho do século XIX, já abordada anteriormente. Tal perspectiva é condenada pela crítica construtivista, já que a própria objetividade científica inexistente, na medida em que não possível conhecer um objeto sem que exista a figura do observador. De igual modo, a objetividade jornalística é ilusão, mito, pois a realidade não pode ser apreendida de modo pleno e completo.

A crença em uma provável objetividade jornalística torna-se ainda mais incoerente ao observar os próprios métodos utilizados na prática do fazer jornalístico. Esse ponto também é trabalhado sob o viés psicológico, tratado mais adiante. É quando as subjetividades são manifestas e não latentes.

³ Essa concepção é herdeira do positivismo, no sentido de “que valoriza na relação de conhecimento o lado do objeto, em detrimento do sujeito. Sendo que essa doutrina supõe que a mente pode obter um acesso direto, pela percepção à realidade tal qual ela é” (JAPIASSU e MARCONDES, 1996, p. 183). Expressão criada originalmente pelos filósofos analíticos de língua inglesa, principalmente estadunidenses e ingleses, para descrever várias tradições filosóficas procedentes da Europa Continental, principalmente da Alemanha e da França.

*Positivismo: Sua origem encontra-se em Augusto Comte, no século XIX. O positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. Assim sendo, desconsideram-se todas as outras formas do conhecimento humano que não possam ser comprovadas cientificamente.

A predominância dos elementos materiais, externos e verificáveis; a evidencição dos elementos baseados na expressão da opinião, pelo recurso à citação ou indicação de seu caráter conjectural; a utilização de indicadores assinalando a independência do jornalista. Nesse sentido, os jornalistas e os meios de comunicação deveriam ser considerados como “agentes estruturadores” da realidade e não simples espelhos (CORNU, 1998, p. 99).

De acordo com Traquina (2005), nos estudos sobre a parcialidade das notícias, a teoria das notícias, como a do espelho é levada em consideração como embasamento teórico, já naqueles que enxergam as notícias como construção, a Teoria do Espelho é totalmente rejeitada. Sob a perspectiva de que relatos noticiosos são construídos, rejeita-se a atribuição de que as notícias são o reflexo, o espelho, a máquina fotográfica da realidade, já que é impossível distinguir tal realidade dos próprios meios noticiosos, sendo que até mesmo um grande esforço, ou a tentativa de refletir o real, não evitariam uma construção e até mesmo a distorção dos fatos.

Segundo Eugênio Bucci (2006, p. 92), “diz-se que tem objetividade o discurso em que se expressam as características próprias do *objeto* – e não as do autor do relato (o sujeito)”. Mas ele completa que o jornalismo não tem objetos, só sujeitos. “O jornalismo, produto que é do senso comum, adota a pressuposição tácita de que uma descrição pode ser objetiva, ou seja, pode ser inteiramente fiel às características do objeto, sem que o sujeito a deforme.”

Se partirmos da concepção de que a objetividade é uma forma de observar o objeto, e no caso específico do jornalismo, em que o objeto envolve sujeitos, acaba sendo praticamente impossível tentar enquadrá-la nessas aplicações. O pesquisador de narratologia Luiz Gonzaga Motta (2005, p. 31) indaga: “como alcançar uma distância que garanta a distância das paixões? A proximidade do acontecimento significa infidelidade à história? Por outro lado, a distância garantiria isenção?”. A esse questionamento, pode-se incluir mais uma pergunta: mesmo que possível, a adoção de uma postura imparcial, isenta e neutra poderia ser considerada uma virtude no jornalismo?

Jandyra Cunha (2010) diz que, ao observar, não se entra em campo como uma tábula rasa. “O olhar é marcado por variantes de gênero, idade, formação profissional e cultura”. A autora compara a realidade com uma moldura, em que tanto a objetividade, quanto a subjetividade seriam os modos e as formas de contemplar o quadro, ou de



enxergar essa realidade. Para Pena (2006), os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiossincrasias.

Da discussão epistemológica decorre ainda outro debate, de caráter ontológico, que diz ser impossível se ter um conhecimento satisfatório dos fatos, já que a própria realidade é anulada e negada. Através dessa perspectiva, a realidade só é dada pela linguagem, sendo no discurso que ela ganha sentido.

No pilar psicológico aparece a preocupação com a subjetividade do jornalista, no modo como apreende os fatos. “Apesar dos esforços para se conformar às regras normativas de sua profissão, não é possível ignorar todos os fatores que individualizam e contribuem para a definição do seu “ponto de vista” da realidade” (CORNU, 1998, p. 100).

Aliado a esse ponto de vista, pode-se incluir ainda o lugar de fala, que é ideológico, pois “marca o assento do autor quando ele se põe a escrever.” É desse lugar que o autor seleciona o que será discutido em seu texto, como também qual será o enquadramento (CUNHA e CORRÊA, 2011, p. 03).

O patamar pragmático da objetividade observa as condições da prática, além do conjunto de pressões que afetam os profissionais do jornalismo. No entanto, o que acontece é que não há uma negação da objetividade, mas sim a constatação de que esta é reduzida aos procedimentos de produção de notícia, às técnicas e todo o conjunto de operações. Isso acaba sendo uma forma de justificar que os procedimentos de rotina e de elaboração das notícias - como a apresentação de pontos de vista opostos, as citações, a estatística - criam o efeito de real, a noção de objetividade.

Ou seja, é uma estratégia de escape, em que se adotam procedimentos técnicos como forma de assegurar, pelo menos, uma objetividade aproximada. São os processos de “objetivação”. Contudo, não se pode negar que as escolhas, o tratamento das informações, inerentes ao próprio método de confecção de notícias, acabam por privilegiar certos acontecimentos e ignorar outros.

Para Jorge Pedro Sousa (2000), o ideal de objetividade é observado por meio dos processos de “objetivação” e factualização da informação, com o uso de fontes e citações.

Os jornalistas seriam, assim, considerados “objetivos”. Inversamente, quando procuram analisar afirmações e outros dados e chegar a



conclusões, fugindo a abordagens típicas do “jornalismo de citações”, os jornalistas são, muitas vezes, perspectivados como distorcedores da informação, mormente pelo poder, que se pretenderá autopropetuar, relegitimando-se continuamente (SOUSA, 2000, p. 82).

A máscara da objetividade pode ser entendida por meio do patamar ético, uma classificação que dirige o olhar para o efeito de dissimulação da responsabilidade dos jornalistas. “Na busca de objetividade em sua representação da realidade, os jornalistas livram-se da sua responsabilidade quanto às consequências de seu tratamento da notícia do dia” (CORNU, p. 101). Tuchman (1999) compartilha da mesma opinião, quando diz que os jornalistas se apoiam nesse quesito como forma de justificar seus erros.

De acordo com Eugênio Bucci (2006, p. 97), o jornalista comete um pecado ético, que nada tem a ver em possuir convicções e até preconceitos, pois isso é inerente ao ser-humano. “O pecado é não esclarecer para si e para os outros essas suas determinações íntimas, é escondê-las, posando de ‘neutro’”. O pecado ético do jornalista, em suma, é falsear a sua relação com os fatos, tomando parte na impostura da neutralidade.

O pilar de cunho ideológico observa os pressupostos da tradição marxista, da Escola de Frankfurt, em que a objetividade é vista como um instrumento para privilegiar a subjetividade, ou seja, perpetuar e reforçar os interesses, opiniões e ideologias dos poderes dominantes da sociedade.

Nesse aspecto, não faz sentido insistir na ideia de uma objetividade jornalística.

Mas por que os críticos partem do pressuposto de que a imprensa deveria ser objetiva? A objetividade é uma estranha exigência a se fazer a instituições que, como sociedades comerciais, dedicam-se antes de tudo à sobrevivência econômica. É uma estranha exigência a se fazer a instituições que, com frequência, por tradição ou código explícito, são órgãos políticos. (SCHUDSON, 2010, p. 12).

Lage discorda:

Concluir daí que não existe a objetividade jornalística é o mesmo que supor que, se não é possível obter medidas exatas por mais aperfeiçoados que sejam os aparelhos de medição, então nenhum avião é capaz de voar, nenhum trem de correr sobre trilhos e um prédio deve a qualquer momento desabar sobre nossas cabeças. A objetividade, em jornalismo, é meta que se traduz numa série de técnicas de apuração, redação e edição; na busca de enunciados



intimamente adequados à realidade e em sua tradução para diferentes públicos e veículos. (LAGE, 2001, p. 48).

O estilo próprio de fazer jornalismo materializado em técnicas de trabalho reforça o modelo pragmático da objetividade, mas que Isabelle Anchieta Melo (2007) prefere denominar ‘intersubjetividade. Isso significa que o jornalista possui um modo particular de observar os acontecimentos, através de rotinas de apuração e formatos narrativos próprios, utilizando a mediatização.

Isso não quer dizer que só assim a verdade será encontrada, pois não existe mais a crença de que os fatos contêm uma objetividade em si, a intenção agora visa tão somente um relato equilibrado, com as várias versões do fato, por diversas fontes. É preciso apresentar a controvérsia, a diversidade, verificar e checar documentos e dados, sempre respeitando a ética. A objetividade passa a ser substituída por intersubjetividade, exigindo bom senso e honestidade.

A melhor objetividade no jornalismo é então uma justa, transparente e equilibrada apresentação da intersubjetividade. Quando o jornalismo busca a objetividade, está buscando estabelecer um campo intersubjetivo crítico entre os agentes que aí atuam: os sujeitos que produzem o fato, os que o observam e reportam, e os que tomam conhecimento do fato por meio do relato. (BUCCI, 2006, p. 93).

A necessidade de ouvir fontes opostas é apregoada pelos manuais de jornalismo, diz Carlos Alberto di Franco (2004). Mas, para ele tal esforço de isenção acaba se transformando em um jogo de aparência. Ou seja, se torna uma apuração de faz-de-conta, violando a ética informativa, já que a informação é substituída pela versão.

Diante disso, parece que os jornalistas criaram sua própria versão sobre a objetividade – sendo que esta sobrevive somente como meta referencial (AJZENBERG, 2002) – eles a atribuem como sendo a maior fidelidade possível para com a verdade dos fatos, através dos processos de trabalho, ou seja, pedem o máximo de cautela na forma de coletar, selecionar e editar as notícias.

O Formato Textual e os Princípios do Jornalismo



A posição mais neutra e imparcial diante dos acontecimentos se aplica tanto às regras de apuração, quanto à própria estrutura do texto, através das técnicas de redação e linguagem jornalística. Ou seja, procura-se atingir a objetividade na forma e no conteúdo. As técnicas utilizadas para o tratamento das informações acabaram criar um padrão de formato e estilo de redação jornalística.

Jorge Pedro Sousa (2001, p.122) classifica as regras informativas através de 14 princípios, que seriam: *correção* (respeito à gramática e à verdade); *clareza* (organização de forma a evitar dúvidas e ambiguidades); *simplicidade* (frases na ordem estilística sujeito + predicado + complemento, não utilizar palavras difíceis, optar por sinônimos); *funcionalidade* (o texto deve ser redigido de maneira a ser cortado sem perder o essencial); *concisão* (usar a menor quantidade de palavras possíveis); *precisão* (respeitar as regras quanto a fontes e dados).

Sedução (a leitura deve prender o leitor) *rigor* (exatidão e minúcia para facilitar a interpretação); *eficácia* (o essencial, ou o fator mais importante precisa ser rapidamente entendido); *coordenação* (diz respeito à lógica, encadeamento, organização de etapas e blocos); *seletividade* (utilizada para evitar as evidências e as irrelevâncias informativas); *utilidade* (notícias próprias para o consumo, para facilitar a vida); *interesse* (o conteúdo também deve ser interessante); *hierarquização* (estruturar o texto em ordem de importância).

Na tentativa de trazer objetividade ao texto e à narrativa jornalística, foi estabelecido o formato de texto conhecido como pirâmide invertida. Na busca pela imparcialidade e por um distanciamento crítico diante de fatos e interesses, o jornalista acaba se rendendo a essa técnica de padronização. De acordo com Mário Erbolato (2001), a pirâmide invertida é composta de um texto que traz já na entrada os fatos culminantes, na sequência são expostos os fatos importantes ligados à entrada, seguida de pormenores interessantes até chegar aos detalhes dispensáveis, ao contrário da pirâmide normal ou literária, em que o esquema das informações começa com a narração dos detalhes na introdução, passa para os fatos de crescente importância, com o intuito de criar suspense, em seguida vem os fatos culminantes até chegar ao desenlace.

Assim, o formato invertido já disponibiliza a informação principal no início do texto e o leitor não precisa ler a notícia até o final para se informar do acontecimento principal. Esse modelo, considerado sintético, direto, conciso e preciso, deve utilizar



uma linguagem clara e objetiva e, sobretudo, causar uma impressão de verdade e realidade.

De acordo com Sousa (2000), os meios utilizam *formatos* e uma *gramática específica* enquanto mediadores ativos do processo de construção social da realidade.

Os *formatos* definiriam os conteúdos e, portanto, condicionariam a atenção, as expectativas, a apreensão da informação e a construção de significados por parte do público, já que comportariam a estratégia e a forma de produção, apresentação e interpretação da informação. A *gramática específica* organizaria logicamente os procedimentos que tornam possível a localização, hierarquização, organização e interpretação dos conteúdos definidos pelos formatos (p.204, grifo do autor).

A linguagem jornalística impõe uma série de restrições, como a cobrança de uma gramática e um vocabulário coloquiais, de modo que seja acessível e adequada ao entendimento do público. A impessoalidade do redator é cobrada e como a notícia trata das aparências do mundo, os termos que denotam subjetividade devem ser excluídos. Os textos também precisam ser desadjetivados. Não é notícia o que alguém *pensou, imaginou, concebeu, sonhou*, mas o que alguém disse, *propôs, relatou* ou *confessou* (LAGE, p. 26, grifo do autor).

Segundo Motta (2005), o jornalista é um narrador discreto, utilizando recursos e estratégias de linguagem que visam apagar seu papel de narrador e sua mediação. Ele nega e finge a narração. Quer passar a impressão que os fatos falam por si mesmos. Acha difícil reconhecer a narrativa jornalística como um componente argumentativo. A busca pela objetividade e pela imparcialidade no jornalismo resulta no apagamento do jornalista enquanto sujeito narrador da narrativa que ele constrói. Isso acontece porque o jornalismo tenta criar o “efeito de real”.

A estratégia textual principal do narrador jornalístico é provocar o “efeito de real”, fazer com que os leitores interpretem os fatos narrados como verdades, como se os fatos estivessem falando por si mesmos [...] ainda que não sejam “a realidade”, os textos jornalísticos têm veracidade, recorrem a recursos de linguagem para parecerem factuais, objetivos e verdadeiros (MOTTA, 2005, p. 106).

Para Borges (2011), o texto jornalístico precisa evocar confiança. A questão é que não se pode confundir essa confiança como uma garantia da fidelidade dos fatos, já



que o texto jornalístico, como qualquer outro não se pode afirmar como isento de contaminações e sem pelo menos uma pitada de ficção. Traquina (2005), ainda pontua ainda que não cabe à linguagem o papel de transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, sendo que uma linguagem neutral é impossível.

Objetividade Versus Emoção

Para Rogério Christofolletti, objetividade jornalística significa isenção de emoção, não relatar os fatos com paixão, imparcialidade, por meio da pluralidade e contradição de fontes, além da seleção de *palavras neutras* (grifo do autor).

Portanto, requer distanciamento das pessoas, das circunstâncias que compõem o fato, das versões a ele ligadas. Requer não envolvimento com as partes, proximidade e engajamento. Pressupõe equilíbrio, dispensa a parcialidade no relato, espera o mínimo contato possível com os objetos do relato. Desta forma, devem ficar muito bem nítidas e estabelecidas as fronteiras que separam comentários e opiniões dos relatos informativos, pretendidos com isenção de qualquer traço de subjetividade. (CHRISTOFOLETTI, 2004, p. 64).

Franco (2004) diz que não se faz bom jornalismo sem emoção e que a frieza é anti-humana e, portanto, antijornalística. Eugênio Bucci acredita que as convicções pessoais não comprometem ou estragam um texto porque o bom jornalismo não está ligado à indiferença ou à neutralidade do sujeito. Para promover a cidadania, o jornalismo precisa se valer da indignação e outras emoções humanas.

Há mesmo situações em que a tentativa de isentar-se inteiramente de toda emoção produz um alheamento no repórter que, aí sim, torna imprestável seu relato. Sem a indignação, o espanto, a surpresa não há reportagem. O que não significa que o estilo deva ser meloso ou, noutra extremo, vociferante. Ele não deve ser uma esponja embebida em adjetivos: a precisão jornalística requer realçar a emoção que move os acontecimentos. A objetividade possível não é, portanto a correspondência fria de uma descrição a objetos inanimados ou inumanos, mas o impacto quente dos fatos produzidos por seres humanos no discurso ininterrupto do jornalismo. Banir a emoção da informação é banir a humanidade do jornalismo. (BUCCI, 2006, p. 95).

O que o jornalista não pode cometer são os excessos, tanto de frieza quanto de emocionalismo, pois isso revela um desequilíbrio. O jornalista frustrará e confundirá o



seu público tanto se fingir uma neutralidade quanto se usar uma narrativa rebuscada (BUCCI, 2006). A exploração da emoção ao extremo, também conhecida como uma forma sensacionalista de fazer jornalismo é um dos fatores que causa revolta e indignação, reforçando o pedido público por uma imprensa mais objetiva.

Isso faz com que o jornalismo mantenha o discurso da objetividade, pois é ele que determina o grau de confiança que a imprensa mantém com a sociedade, diz Bucci (2006). Ou seja, “os dados da realidade são formas de expressão de subjetividades objetivadas, em favor de um senso comum” (CASTRO, 2010, p. 68).

Gustavo de Castro acredita ser a emoção necessária ao jornalismo, desde que ela não explore as sensações, exagere, banalize e espetacularize como pretende o sensacionalismo. Um pouco de sensibilidade é necessária com o intuito de educar, inspirar, interagir.

O jornalismo não deve partir necessariamente da emoção, mas passar por ela, ele deve partir antes de um misto entre inteligência e sensibilidade e a sensibilidade é bem diferente do apelo melodramático ou da busca pela audiência. A sensibilidade é a delicadeza, a sutileza, o detalhe que abre a percepção. (CASTRO, 2010, p. 67).

O escritor e crítico literário Alceu de Amoroso Lima defende que o jornalismo deve privilegiar a inteligência, em detrimento da emoção, já que o grande valor jornalístico é a razão e a clareza de raciocínio ao invés de uma paixão cega. “O jornalismo é uma arte da inteligência, antes de ser da emoção. O jornalista, que for acima de tudo emotivo, precisa cultivar a sua inteligência e procurar que ela domine o sentimento, antes de se entregar à sua arte” (LIMA, 1960, p. 57).

Já Sergio Vilas Boas (2007, p. 22) resolve unir o útil ao agradável, quando atribui a capacidade de exercer, tanto a inteligência emocional quanto a inteligência racional, como qualidades inerentes do bom jornalista.

E é dessa miscelânea de emoção, racionalidade e sensibilidade que nasce o chamado Jornalismo Literário, que “questiona a rigidez da objetividade jornalística e sua construção discursiva está repleta de elementos que fogem à objetividade ou ao distanciamento absoluto (BORGES, 2011, p. 337 e 338)”.

O jornalismo que se abre à literatura só tende a ganhar.



A abertura do jornalismo à literatura é fundamental para a melhor compreensão do seu papel junto ao homem, por isso a necessidade de fazer intercomunicar jornalismo e literatura e, de forma mais ampla, comunicação e arte, equivale a reconhecer que uma e outra são sistemas de conhecimento úteis à sociedade. (CASTRO, 2010, p. 27).

O jornalismo literário é uma modalidade de prática de reportagem de profundidade e do ensaio jornalístico. Suas principais características são: imersão do repórter na realidade, voz autoral, estilo, precisão de dados e informações, uso de símbolos (inclusive metáforas), digressão, humanização e criatividade. (PENA, 2011, VILAS BOAS, 2007, BORGES, 2011). Portanto, as narrativas literárias são mais abertas à emoção e à sensibilidade e podem substituir a frieza do texto do jornalismo factual, trazendo mais humanização e uma linguagem mais livre.

A liberdade estilística do jornalismo literário ainda vai além de recursos estratégico-linguísticos. Seu formato não é padronizado, pois de acordo com Pena (2006), foge do *lead* e dá voz às fontes alternativas, como o cidadão comum. Ao contrário do jornalismo factual, que tem a objetividade como meta, o jornalismo literário assume o fator subjetivo sem perder a credibilidade (Borges, 2001). A subjetividade vai se manifestar tanto nas ousadias discursivas e na linguagem ornamentada como também na liberdade do jornalista que assume o seu lugar de autor(a) e de observador(a) participante da história.

Cremilda Medina⁴ idealiza a figura do jornalista como um contador de histórias, que une o rigor metodológico da história com a criatividade e a liberdade da literatura, assim, apura como historiador e narra como um romancista.

Considerações Finais

Neste trabalho foram levantados aspectos da história da objetividade no jornalismo, com o objetivo de compreender o significado do conceito, além de suas categorias teóricas de análises. A objetividade continua sendo um dos princípios centrais do jornalismo factual, até mesmo uma espécie de doutrina. No entanto, a crença inicial era a de que o jornalista poderia se aproximar dos fatos sem juízos de valor. Ou seja, defendia-se a distância profissional, com a adoção de uma postura neutra, isenta e imparcial. Hoje já não se acredita que a objetividade seja alcançável, no entanto, esta

⁴MEDINA, Cremilda. “O Jornalismo na Construção da História”. Palestra proferida na Faculdade de Comunicação – Fac/Unb, em 17 de maio de 2012.



ainda sobrevive como meta, já que as técnicas de objetivação garantem maior confiabilidade e credibilidade diante do público.

Sabe-se que a objetividade não pode ser possível, mas há um esforço para garantir a menor interferência possível. É importante destacar que o jornalismo deve ser exercido com honestidade e exatidão, buscando sempre checar e verificar os fatos. Precisa ser sério, cuidadoso e honesto. O rigor, a precisão, o equilíbrio contam mais ainda no contexto e cenário atual, da rapidez, velocidade e instantaneidade.

Por fim é mostrado que, ao exigir a objetividade, o jornalismo factual transforma as pessoas em objetos do relato, mas no jornalismo literário as pessoas são consideradas como devem ser, sujeitos do relato. O jornalismo literário, considerado um estilo mais livre e ousado, é mais humano, criativo e profundo, porque não busca ser o reflexo do real, e sim, trazer luz a um fato. Com uma linguagem mais livre, lhe é concedido, inclusive, espaço para a interpretação.

REFERÊNCIAS

AJZENBERG, Bernardo. **Dois Senhores**. In: CASTRO, Gustavo. GALEANO, Alex. (Org.). **Jornalismo e Literatura: a sedução da palavra**. – São Paulo: Escrituras Editora, 2002. – (Coleção ensaios transversais).

BORGES, Rogério Pereira. **Autonomia e ruptura: uma proposta teórica para o jornalismo literário**. Tese apresentada na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), em 2011.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CASTRO, Gustavo de. **Jornalismo literário**. – Brasília: Casa das Musas, 2010.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A medida do olhar: autoria e objetividade na reportagem**. Tese de doutorado em Ciências da Comunicação. ECA, Universidade de São Paulo, Orient. Cremilda Medina, 2004.

CUNHA, Maria Jandyra C. **A Operação Condor**. Lugar de fala e enquadramento na narrativa jornalística. *Revista Intercâmbio dos Congressos Internacionais de Humanidades (UnB)*, v. 03, p. 2010.

CUNHA, M. J. C.; CORREA, V. A. **Gêneros em guerra**. Estudo sobre a narrativa jornalística em conflitos internacionais. *Anais do VI Simpósio Internacional de Estudos dos Gêneros*



Textuais. Ag. 2011, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em:
<http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Maria%20Jandyr%C3%A1%20Cavalcanti%20Cunha%20%28UnB%29%20e%20V%C3%ADtor%20de%20Abreu%20Corr%C3%AAa%20%28UnB%29.pdf>.

Acesso em 14/12/2012.

_____. **O lugar de Fala de Taunay**. Um estudo sobre o enquadramento da narrativa na Guerra do Paraguai. *Revista Intercâmbio dos Congressos Internacionais de Humanidades (UnB)*, v. 4, p. 2011. Disponível em:

<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1250/2052.pdf/>. Acesso em: 14/12/2012.

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo – redação, captação e edição no jornal diário**. São Paulo: Ática, 2001.

FRANCO, Carlos Alberto di. **Jornalismo e emoção**. "O dogma e a emoção", copyright O Globo, 2004. Disponível em:

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/pedro_do_couto. Acesso em: 08/01/2013.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. 3 ed. Porto alegre: Ortiz, 1987.

JAPIASSU, Hilton. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. 296 p.

LAGE, Nilson. **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. - Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

MEDEL, Manuel Ángel Vásquez. **Discurso literário e discurso jornalístico**: convergências e divergências. In: CASTRO, Gustavo. GALEANO, Alex. (Org.). **Jornalismo e Literatura**: a sedução da palavra. – São Paulo: Escrituras Editora, 2002. – (Coleção ensaios transversais).

MELO, Isabelle Anchieta. **A defesa de uma nova objetividade jornalística**: a intersubjetividade, UFMG, 2007. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-intersubjetividade.pdf> Acesso em 15/12/2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia**: teoria e análise da narrativa jornalística. – Brasília: Casa das Musas, 2005.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Jornalismo Literário** .- 2.ed. - São Paulo: Contexto, 2011.



SCHUDSON, Michael: **Descobrimo a Notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. **Noticias e os seus efeitos**: As teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos. Minerva Coimbra, 2000.

_____. **Elementos do jornalismo impresso**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2001.
Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>. Acesso em: 23/07/2013.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2 ed, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **Contando estórias**, 1976. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Vega, 1999.

VILAS BOAS, Sérgio. **Introdução**. In: BRITO, José Domingos de (Org.). **Literatura e Jornalismo**, volume 3. – São Paulo: Novera, 2007.